



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO

N.º 35/2022

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 27 de abril

Moção

Melhores Salários, Mais Justiça Social

Os trabalhadores portugueses estão a perder poder de compra com a inflação que se regista atualmente. São necessárias políticas que anulem a perda do poder de compra dos trabalhadores. São necessárias políticas para uma justa repartição da riqueza.

Os trabalhadores portugueses estão a ser afetados por uma inflação, que está a levar à perda de poder de compra. Os dados do INE revelam que a variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor está nos 5,3%, a mais elevada desde 1994. Esta variação está a levar ao empobrecimento da generalidade dos trabalhadores, pois os salários não estão a acompanhar esta subida.

Aquando da apresentação do Orçamento de Estado no último trimestre de 2021, o governo previa uma inflação de 0,9% em 2022, a qual, verifica-se agora, tendo em conta os mais recentes dados publicados pelo INE, se revela estar muito aquém da realidade.

E se com base naquela previsão o governo propunha um aumento de apenas 0,9%, já então não tendo em conta os mais de 10 anos em que os funcionários públicos perderam poder de compra, para além de ignorar o crescimento de 4,9% do Produto Interno Bruto Português, verificado em 2021, impunha-se, agora, face aos novos dados, que fosse revista a proposta de aumento dos salários.

O Banco de Portugal reviu, em março, a previsão da inflação média para 2022, para 4,00%. e o Governo insiste na apresentação de um Orçamento de Estado para 2022, que não revê o aumento dos salários dos funcionários públicos, nem propõe um aumento generalizado dos salários para todos os portugueses, face à nova previsão de inflação.

Não só os funcionários públicos, mas também a generalidade dos trabalhadores portugueses perderam poder de compra, com uma cada vez maior desigualdade na distribuição da riqueza em Portugal, entre os trabalhadores e os detentores dos meios de produção.

O aumento de salário e progressão nas carreiras na Função Pública e no Setor Privado são diminutos. Cabe ao Governo a criação de políticas públicas para a valorização dos salários e para a valorização das carreiras. Cabe ao Governo criar condições para que os

funcionários públicos tenham aumentos de salários que permita não só a manutenção do seu poder de compra, mas também a sua melhoria.

Em contraciclo com os salários dos trabalhadores da administração pública e dos trabalhadores do setor privado, as empresas privadas viram os seus lucros subir grandemente, como são exemplo os da Galp, da EDP e da Jerónimo Martins.

A especulação que está a ser feita na comercialização dos combustíveis, do gás, da eletricidade, dos bens de primeira necessidade estão a levar à asfixia dos trabalhadores e do povo. Está a ser aberta a porta para que mais portugueses, fiquem mais pobres. Está também aberta a porta para que mais portugueses fiquem mais ricos, através da financeirização da economia, da distribuição de lucros das grandes empresas e da especulação na comercialização dos produtos referidos acima.

É possível trilhar caminhos para uma mais justa repartição da riqueza, para acabar com a especulação sobre a venda de produtos e para aumento geral dos salários. Tal só pode acontecer se o Governo promover políticas que beneficiem os trabalhadores e o povo.

Assim, a Assembleia Municipal do Barreiro exige ao Governo de Portugal:

- Que crie políticas públicas para a valorização dos salários dos trabalhadores do setor privado, que implique um aumento superior à inflação e ao proporcional da produtividade;
- Que os funcionários públicos tenham um aumento que permita, não só, manter o seu nível de vida, mas também que possam recuperar o nível de vida perdido na última década;
- Que crie condições para um aumento generalizado dos salários;
- Que crie mecanismos que baixem os preços dos combustíveis, do gás, da eletricidade e da alimentação.
- Que sejam cumpridos os desígnios da Revolução dos Cravos, com o Desenvolvimento Económico e Social;

Aprovado por maioria.

Barreiro, 27 de abril de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro,



André Alexandre Pinotes Batista

